

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.545.244 - PE
(2015/0181597-9)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : A L DA S N
ADVOGADOS : MÔNICA RESENDE DA CUNHA - PE012381
LUIZA MARIA ARAUJO RODRIGUES DE SOUSA - PE006890
ÓTAVIO HENRIQUE MENEZES DE NORONHA - DF025118
GUILHERME VEIGA CHAVES - PE021403
CRISTIANA BEZERRA RIBEIRO E OUTRO(S) - PE020671
AGRAVADO : J D L S
ADVOGADOS : CARLOS MAGALHAES BELFORT NETO - PE026140
AMANDA MELO BELFORT - PE030201
HUGO AUGUSTO BUONORA E OUTRO(S) - PE034589

DESPACHO

Para que se evite alegação de surpresa e considerando a aplicabilidade das normas do NCPC a este recurso, especialmente o cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do NCPC), intime-se a parte agravante para esclarecer se insiste no conhecimento do agravo interno, no prazo de 5 dias.

O silêncio será interpretado como ausência superveniente do interesse recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator